



Colombia Internacional

ISSN: 0121-5612

colombiainternacional@uniandes.edu.co

Universidad de Los Andes

Colombia

Gomes Barbosa, Glaudionor
Imperialismo, Capitalismo e burguesia Revisitando as contribuições teóricas de Joseph Schumpeter e
Hannah Arendt
Colombia Internacional, núm. 70, julio-diciembre, 2009, pp. 145-165
Universidad de Los Andes
Bogotá, D.C., Colombia

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81215371007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ColombiaInternacional 70, julio a diciembre de 2009: 145-165

Imperialismo, Capitalismo e burguesia

Revisitando as contribuições teóricas de Joseph Schumpeter e Hannah Arendt

Glaudionor Gomes Barbosa
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

O artigo tem como justificativa a proposição de que as análises sobre o Imperialismo mantêm atualidade e precisam ocupar, mais freqüentemente, a agenda dos cientistas sociais. Desse modo, o objetivo é discutir as abordagens sobre o Imperialismo de Schumpeter e Hannah Arendt. Utiliza o método comparativo, no sentido de procurar os elementos mais importantes de cada enfoque, confrontando-os. Trata-se de uma pesquisa teórica com base na produção intelectual dos autores, evitando-se, assim, os pontos de vistas de comentadores. Ao buscar entender seu objeto, o trabalho não apenas procura comparar as teses de Schumpeter e Arendt, mas também tenta historicizar o conceito, trazendo à tona contribuições importantes como as de Hobson (1985 [1894]), Luxemburgo (1976 [1913]), Lenin (2007 [1916]) e Magdoff (1978 [1969]). Os principais resultados obtidos são de que as teses schumpeterianas não possuem sustentação histórica nem factual, enquanto aquelas de Arendt, se não explicam isoladamente o fenômeno, contribuem de forma robusta para a compreensão de alguns de seus aspectos.

Palavras-chave

capitalismo • imperialismo • teoria • Schumpeter • Arendt

Imperialism, Capitalism and the Bourgeoisie Revisiting the theoretical Contributions of Joseph Schumpeter and Hannah Arendt

Abstract

The article has as its main motivation and justification the proposition that the analyses about imperialism are still relevant at the present time and they need to occupy, with more frequency, the social scientists' calendar. To this end, the objective of the work is to discuss the approaches to imperialism of Schumpeter and Hannah Arendt. I use the comparative method, in the sense of seeking the most important elements of each focus, and comparing them. It is a treatment of the theoretical and bibliographical research based on the authors' own intellectual work, thus avoiding the commentators' points of view. When looking to understand his object, the work did not just try to compare the theories of Schumpeter and Arendt, but it makes an attempt to turn to the historical concept, bringing to the surface important contributions such as those of Hobson (1985 [1894]), Luxemburg (1976 [1913]), Lenin (2007 [1916]) and Magdoff (1978 [1969]). The primary results obtained are that Schumpeter's theories do not possess historical nor factual substantiation, while those of Arendt, do not explain the phenomenon separately, but they do contribute in a robust way to the understanding of some of their aspects.

Keywords

capitalism • imperialism • theory • Schumpeter • Arendt

Recibido el 24 de julio de 2008 y aceptado el 17 de junio de 2009.



Glaudionor Gomes Barbosa es profesor asistente en la Universidad Federal de Pernambuco, Pernambuco, Brasil.
glaudionorbarbosa@gmail.com

Imperialismo, Capitalismo e burguesia

Revisitando as contribuições teóricas de Joseph Schumpeter e Hannah Arendt

Glaudionor Gomes Barbosa
Universidade Federal de Pernambuco

INTRODUÇÃO

Esse trabalho surgiu como necessidade de investigar melhor duas abordagens importantes, mas pouco comentadas, sobre o Imperialismo. Ou seja, a abordagem de Schumpeter do Imperialismo enquanto expressão de um atavismo mental oriundo de nossos ancestrais; e a abordagem de Hannah Arendt que defende a tese de que o Imperialismo representa a emancipação política da burguesia.

Este artigo tem o objetivo geral de analisar e comparar essas duas teorias, tentando verificar como elas se comportam frente às evidências históricas disponíveis.

O trabalho está estruturado em quatro seções, além dessa introdução e uma conclusão. A seção um é uma digressão inicial; na seção dois, discute-se a abordagem de Schumpeter; na seção três, analisa-se a abordagem de Hannah Arendt; a seção quatro é uma digressão final.

UMA DIGRESSÃO INICIAL

Durante muito tempo, falar de Imperialismo era como pronunciar um sonoro “palavrão” no meio de distintas Senhoras. O conceito, dizia-se, não tinha estatuto científico, era apenas uma palavra inventada pelas esquerdas que não aceitavam o crescimento e a prosperidade do Ocidente, e queriam “incendiar” o mundo, através de uma pretensa exploração exercida pelo Imperialismo. Nos dias atuais, há uma retomada – ainda muito tímida – da discussão sobre este conceito. Será que o Imperialismo existiu? Será que ainda existe? Ou será que nunca passou de uma peça propagandística dos socialistas?

Talvez por uma ironia da história, a noção de Imperialismo moderno, de base econômica e em oposição ao Imperialismo da antiguidade (Egito, Assíria, Roma etc.) surgiu nos Estados Unidos no final do século 19, num ensaio intitulado “As Bases Econômicas do Imperialismo” de Charles Conant (1898), onde o mesmo argumentava que o Imperialismo era essencial para absorver os excedentes de capital, dada as escassas vias de investimentos. Era o que Conant chamava de “capital congestionado”. Então parece evidente que o conceito de Imperialismo

sempre esteve longe de ter como genitora uma ideologia de esquerda. O Imperialismo é um dado incontroverso do Capitalismo. Na verdade, Conant argumentou na sua obra que não era partidário do Imperialismo, mas que não temia a palavra e aceitava o princípio se era para os Estados Unidos afirmar seus direitos ao livre mercado em todos os lugares que estavam sendo abertos aos recursos capitalistas excedentários. Nas palavras do próprio autor:

Pode-se discutir se esta política [imperialista] suporta o governo direto sobre grupos de ilhas semisselvagens, mas do ponto de vista econômico da questão não há senão uma opção: ou entrar por algum meio na competição para o emprego de capital e empreendimentos americanos nesses países, ou continuar com a desnecessária duplicação dos existentes meios de produção e comunicações, com a consequente superabundância de produtos não consumidos, as convulsões que se seguem da paralisia do comércio, e a constante queda dos lucros sobre os investimentos que tal política negativa trará vinculada (Conant 1898, 29-30).

O final do século 19 e começo do século 20 dá início a grandes conflitos, principalmente a partilha da África pelas grandes potências mundiais. É o momento histórico do nascimento do Imperialismo moderno que surge associado – em simbiose – com o Capitalismo monopolista. O trabalho de Conant foi um marco, mas outros trabalhos de maior profundidade vieram em seguida. É o caso de “Imperialismo: um estudo” de John A. Hobson, publicado em 1902. As raízes de outros trabalhos subseqüentes, como os de Lenin e Rosa Luxemburgo, encontram-se nessa obra pioneira. Segundo Hobson, a concentração da produção e da propriedade levava à expansão capitalista. O crescimento capitalista faz aparecer poderes produtivos excessivos, capital excedente em relação à capacidade de investimento produtivo. O consumo, ao contrário, tendia a não crescer na mesma proporção que a produção (tese que seria desenvolvida mais tarde por Rosa Luxemburgo, e denominada de teoria do subconsumo). Hobson não professava uma crença socialista ortodoxa, achava que todo o problema originava-se da concentração da riqueza, e que reformas que alterassem a distribuição de renda e fortalecessem a economia interna poderiam limitar os impulsos imperialistas.

Rosa Luxemburgo resolve escrever “A Acumulação de Capital” (1976), que tinha nas primeiras edições o subtítulo de “Contribuições à Explicação Econômica do Imperialismo” (a edição em português utilizada por este trabalho mantém o referido subtítulo), pelas dificuldades que encontrou em expor o processo global da produção capitalista, tanto para seus alunos quanto na construção da obra de divulgação “Introdução à Economia Política”, que só seria editada e publicada postumamente em 1925. Ao investigar mais o problema, chegou à conclusão de que a dificuldade era de natureza teórica do volume 2 de “O Capital” de Marx; além disso, havia uma relevância prática muito grande na medida em que se re-

lacionava com o Imperialismo e suas raízes econômicas. Para a autora, as bases econômicas do Imperialismo se encontravam no próprio cerne do processo de acumulação de capital.

Na verdade, as concepções teóricas de Luxemburgo baseadas em amplo material empírico, é uma crítica cortante aos economistas clássicos e seus seguidores neoclássicos com sua lei dos mercados (não há possibilidade de crises, pois a oferta cria sua própria demanda); aos populistas russos (como o Capitalismo depende, para seu desenvolvimento, dos mercados externos e este já estava dominado pelas potências europeias, o mesmo estaria bloqueado na Rússia); aos marxistas legais que num outro extremo defendiam a possibilidade de crescimento infrene e indefinida do Capitalismo baseado apenas no mercado interno.

Contudo, é importante perceber que Luxemburgo está preocupada com o processo de reprodução ampliada, ou seja, com a realização da mais-valia e esta não se realiza completamente ao nível do mercado interno, pois os trabalhadores consomem seus salários integralmente, e os capitalistas não conseguem gastar toda a renda adicional do processo de acumulação. Assim, continua a autora, no livro 3 de “O Capital”, há o argumento de que existe uma contradição entre a capacidade infinita de desenvolvimento das forças produtivas e a limitada capacidade de crescimento do mercado interno. É esta contradição que exige a necessidade de realização nos mercados externos. Nas próprias palavras da autora:

O Imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar as regiões não capitalistas que não se encontram ainda dominadas. Geograficamente, esse meio abrange, ainda hoje, a grande parte da terra. Mas, comparado com o poder do capital já acumulado nos velhos países capitalistas, que luta para encontrar mercados para seu excesso de produção, e possibilidades de capitalização para sua mais-valia, comparado com a rapidez com que hoje se transformam em capitalistas territórios pertencentes a culturas pré-capitalistas, ou, em outros termos, comparado com o elevado grau de forças produtivas do capital, o campo revela-se mesmo pequeno para sua expansão (Luxemburgo 1976, 393).

A autora chega a conclusões importantes, que em geral não são olvidadas pelos críticos de direita por razões ideológicas evidentes, as mesmas que levaram ao assassinato de Rosa em 15 de janeiro de 1919, e pelos críticos da esquerda, fruto da vitória de um certo “leninismo”. Com certeza, é o momento de retornar com essas conclusões ao debate contemporâneo:

- A questão externa não é propriamente um fato recente no Capitalismo, mas uma condição permanente no seu desenvolvimento;
- A procura por mercados externos é uma contradição primordial do Capitalismo, tão fundamental quanto as outras analisadas por Marx em “O Capital”;

- O Capitalismo, em sua evolução histórica, é o primeiro sistema econômico com condições de expansão mundial. E esta expansão continuará até destruir todas as formas econômicas anteriores;
- Quando o sistema capitalista assumir uma forma mundial pura, a contradição entrará em processo e significará a impossibilidade de expansão permanente.

Em “Imperialismo, fase superior do Capitalismo”, Lenin (2007 [1916]) aprofunda algumas teses de Hobson. A principal motivação deste autor foi demonstrar como a rivalidade interimperialistas das grandes potências havia conduzido o mundo à Primeira Guerra Mundial. O Imperialismo era a fase monopolista e parasitária do Capitalismo. O Capitalismo monopolista era a negação do Capitalismo competitivo, pois a concorrência se dava agora apenas entre as grandes empresas, e a sua natureza ia além da concentração de capital, pois a chave para compreensão da nova fase era o surgimento do capital financeiro, uma aliança entre as grandes corporações e o capital bancário dominando a economia, a sociedade e o Estado. Desse modo, o Capitalismo monopolista levava diretamente à rivalidade interimperialista, cuja principal característica era uma violenta luta por mercados globais, que só podia conduzir às guerras. Lenin concordava no ímpeto imperialista de exportar capitais, mas avançava argumentando que se tratava de necessidade de controle sobre a riqueza, inclusive sobre as fontes mundiais de matérias-primas e de controle direto sobre os próprios mercados mundiais. Excetuando, talvez, o prognóstico de que o Imperialismo seja uma fase decadente, e prenúncio da revolução social, a análise leninista parece manter toda sua atualidade nas condições recentes do Capitalismo globalizado. A guerra dos Estados Unidos contra o Iraque não tem base objetiva que não seja o controle mundial do petróleo. A própria guerra contra o terrorismo é, parcialmente, explicada pela necessidade de manter a “paz industrial”.

Em 1969, surge um livro importante, “A Era do Imperialismo” de Harry Magdoff. A grande qualidade dessa obra é fazer uso de abundante material empírico, principalmente, estatísticas publicadas por órgãos oficiais dos Estados Unidos. A verdade foi que o mesmo não podia ser desqualificado como mero embate teórico, e muito menos ideológico. O que representou um problema para certas correntes que fogem de determinados confrontos intelectuais, necessários, alegando sempre a existência de um viés ideológico. Com o trabalho de Magdoff, os críticos teriam que combater os dados, muito bem utilizados, sobre a política externa americana. Aquele autor mostrou que os Estados Unidos combinam uma política externa fortemente intervencionista, inclusive no domínio militar, com um aparente “isolacionismo econômico”. Magdoff demonstrou que o pretensão “isolacionismo” não passava de um engodo, apresentando o fluxo de investimentos externos diretos (IDE) e o contrafluxo exorbitante dos lucros. A notabilidade do trabalho é maior ainda quando o autor mostra a expansão financeira como

sustentada pela posição hegemônica do dólar na economia mundial e pelo papel desempenhado pela dívida dos países dependentes na sustentação do Capitalismo americano. Assim, o aumento dos serviços da dívida dos países subdesenvolvidos foi muito maior e mais rápido do que suas exportações, o que tem feito o peso da dívida se tornar sufocante para suas debilitadas economias, com isso cresce a dependência financeira, a vulnerabilidade externa, e decaem as chances de um desenvolvimento nacional autossustentado.

Para Magdoff, a essência do Imperialismo da segunda metade do século 20 era a globalização do capital monopolista sob controle dos Estados Unidos. Por outro lado, Capitalismo e Imperialismo não são categorias teóricas diferentes. O Capitalismo sempre foi um sistema mundial desde o início e sempre buscou a expansão, todas as tendências globalizantes do Capitalismo são essencialmente imperialistas.

SCHUMPETER: O IMPERIALISMO ATÁVICO

Na obra “Sociologia dos Imperialismos” (1961 [1919]), Schumpeter levanta o problema do Imperialismo colocando uma hipótese de que as atitudes agressivas dos Estados apenas em parte podem ser explicadas por interesses reais e concretos. Haveria interesse concreto se três condições fossem preenchidas: (a) o interesse deve estar presente e ser percebido claramente pelo observador, considerando-se a estrutura social, a mentalidade etc.; (b) o comportamento do Estado, em questão, deve ser no sentido de promover o interesse; (c) deve ser possível a prova de que o interesse é efetivamente a força política que motiva a ação. Desse modo, o autor define o Imperialismo como uma disposição, sem objetivo, da parte de um Estado, de expansão ilimitada pela força (Schumpeter 1961, 26).

Em primeiro lugar, Schumpeter apresenta o que considera Imperialismo como engodo, que teria como primeiro exemplo histórico a campanha eleitoral de 1874 na Inglaterra, com o discurso de Disraeli em 1872 no Palácio de Cristal. A proposta foi de uma “Federação Imperial”, para mitigar o peso que as colônias representavam: “Essas desgraçadas colônias [...] são uma pedra atada ao nosso pescoço”. (Malmesbury 1872 em Schumpeter 1961, 30). O plano, em si mesmo, não visava à expansão, mas à manutenção do império, contudo suas tarifas protecionistas, seus sentimentos militaristas, sua ideologia, representavam atitudes agressivas que se teriam manifestado, caso tivesse sido praticado. É de se destacar que o plano permaneceu latente como uma arma do conservadorismo inglês, e chegou a ser usurpado por liberais.

Segundo Schumpeter, o plano oferecia vantagens ao produtor inglês, como tarifas protecionistas e várias possibilidades lucrativas. Além dessas vantagens, a indústria inglesa estava sofrendo o assédio das indústrias alemãs e americanas que praticavam “dumping”. Entretanto, o mais importante era que o plano des-

viava a atenção da população dos problemas internos. Havia um forte apelo ao nacionalismo, que nasce de regiões profundas da subjetividade humana:

Todos os outros apelos estão baseados em interesses que têm de ser compreendidos pela razão. Esse, porém, surge das profundidades sombrias do subconsciente, alcança instintos que vêm de hábitos de vida remotos. Afastados de tudo o mais, o irracional busca refúgio no nacionalismo – o irracional, que consiste da beligerância, da necessidade de odiar, de boa quota de idealismo rudimentar, de egoísmo do mais ingênuo, e, portanto, mais restrito (Schumpeter 1961, 32).

A constatação de que o Imperialismo inglês não tenha passado de retórica política, é dado pelo fato de que Disraeli não se movimentou no sentido de construir a “Federação Imperial”. O domínio sobre as ilhas Jônias sempre teve o repúdio de vários Ministros do Exterior e certamente de todos os ingleses, se não foi devolvida até 1863, é porque tal atitude soaria como uma perda. A guerra dos Bôeres foi uma aberração do que se pode chamar de tendência geral da política externa inglesa. A guerra dos Zulus foi uma decisão do comandante local, que foi repreendido pelo gabinete. A anexação do Transvaal em 1877, revogado apenas em 1884, foi resultado de uma situação difícil com os nativos. O Afeganistão foi um movimento de neutralização à ofensiva dos russos. O título de “Imperatriz da Índia” dado à rainha foi um gesto simbólico, próprio desse “Imperialismo como engodo”.

Schumpeter vai mais longe ao afirmar que os conquistadores ingleses foram aventureiros que não possuíam raízes na pátria, eram exilados do solo inglês. Estes aventureiros promoviam uma guerra particular, portanto eram “imperialistas particulares”. Os comerciantes de escravos que voltavam ricos eram impopulares e discriminados. Era muito difícil para eles obterem uma posição social, pois eram considerados como “aproveitadores”.

Para Schumpeter, o Imperialismo só encontra “razão prática” na antiguidade. O mesmo existiu em sociedades imperiais como o Egito, a Assíria e a Pérsia. Em nações guerreiras, a guerra não era um acontecimento anormal que modificava a vida privada, antes era a própria vocação e o cotidiano social das pessoas. Existia excesso de energia que só encontrava escoadouro na guerra. Assim,

O Imperialismo de uma nação guerreira, o Imperialismo popular, surge na História quando o povo adquire uma disposição bélica e uma organização social correspondente antes que tenha oportunidade de ser absorvido pela exploração pacífica da área em que se instalou definitivamente (Schumpeter 1961, 48).

Schumpeter descreve o Imperialismo assírio com tintas fortes. Todos os anos o rei junto com o povo iam à guerra para, com ou sem pretexto, destruir e pilhar o

inimigo. Aos vencidos, estavam reservados a crucificação, o empalamento, eram enterrados vivos, tinham os olhos e membros arrancados. Muitas vezes as cidades eram queimadas junto com seus habitantes. O próprio rei praticava os atos bárbaros. A guerra era um fato normal, e eram sempre guerras de aniquilação. As populações sobreviventes eram espalhadas pelo interior ficando sujeitos a um regime de exploração pelos assírios colonizadores. A justificativa racionalizada de tais práticas era religiosa, tratava-se de oferendas ao deus Assur. Contudo, as caçadas aos animais, também, eram oferecidas à glória do deus dos assírios. Afirmar que o rei estava mentindo não faz sentido. O problema é que os motivos conscientes – inclusive os religiosos, como no caso – nunca são os verdadeiros motivos, pois nunca estão livres do que o autor chama de ideologias falsas. Na agressividade imperialista dos assírios, estavam presentes fortes elementos instintivos que haviam se incrustado na mentalidade daquele povo por conta de um passado de guerras permanentes. Esse aspecto era muito arraigado no caso assírio, mas não está ausente de outros casos.

Outra forma de Imperialismo encontrado por Schumpeter é aquele da moderna monarquia absoluta. Aconteceu na Europa nos séculos 17 e 18 e representou uma vitória da monarquia sobre os Estados e as classes sociais. As lutas no continente nos séculos 16 e 17 provocaram uma exaustão das energias sociais e apenas os monarcas e seus exércitos mantiveram a integridade frente às facções políticas exauridas. A única constituição sobrevivente dos combates faccionistas, foi a da Inglaterra. Os Estados absolutistas desenvolveram padrões imperialistas, principalmente na Espanha, na França e na Alemanha.

O caso mais significativo, de acordo com Schumpeter, foi o da França. O Estado francês absolutista era uma organização militar, por essência, uma máquina de guerra. Depois de realizada a unificação nacional, não havia nenhuma necessidade do Estado militarizado, mas ele se manteve porque repousava na própria natureza da sociedade e em profundas tendências psicológicas. Em boa medida, o Imperialismo pode ser explicado pela Sociedade da Corte. Para atrair a aristocracia, o rei atraía parte dela para a Corte. A parte que resistia era isolada e na medida das necessidades, era desmoralizada. Viver na Corte era viver numa ociosidade absoluta, sustentada pelo erário público. Significava esportes, caçadas, festas, intrigas e namoros. Mas, até que ponto era possível ocupar uma nobreza de tradição guerreira ocupada apenas com frivolidades? Não era, pois para a imensa maioria deles, fundamental era a ação militar. Assim,

Para evitar a guerra civil, eram necessárias guerras externas. Campanhas no estrangeiro preocupavam e satisfaziam à nobreza. Do ponto de vista da coroa, elas eram inofensivas e até mesmo vantajosas, pois lhe proporcionavam o controle da máquina militar, que não devia enferrujar nem perder a eficiência (Schumpeter 1961, 80).

Desse modo, é razoável argumentar que as guerras do Estado autocrático são explicadas pelas necessidades de sua estrutura social, pelas disposições de sua elite dominante, e nunca por vantagens materiais, que eram desprezíveis, principalmente se não se perde de vista o papel central do rei, e do fato de o mesmo controlar a política externa. Entretanto, a conclusão final do autor é de que o rei, num sistema absolutista, pode fazer o que bem quiser, e esta é a verdadeira natureza do Imperialismo absolutista.

Schumpeter argumenta, então, que as evidências mostram que a inclinação puramente instintiva para a guerra, a expansão e a conquista tem um longo e consolidado papel na história do homem. A maioria das guerras foi, assim, travada sem que houvesse um objetivo definido, muito menos que fosse racional. Os motores da guerra e da conquista não se reduzem ao “instinto” e à necessidade. A experiência secular de serem guerreiros para evitar a própria extinção se fixou na mentalidade daqueles povos, mesmo quando já não havia as condições materiais que sustentavam a necessidade, o espírito se manteve de geração a geração. Na verdade, há uma motivação psicológica profunda que promove as guerras. Os Imperialismos podem diferir bastante em detalhes, mas não na essência.

Chega-se, portanto, ao ponto central da “construção” schumpeteriana: o Imperialismo é resultante de um caráter atávico. São características que acompanham a evolução de alguns povos desde épocas distantes. Nas palavras do autor:

É um elemento que provém de condições vivas, não do presente, mas do passado – ou, em termos de interpretação econômica da História, que provém antes das relações de produção predominantes no passado do que hoje existem. É um atavismo de estrutura social, dos hábitos individuais psicológicos, de reação emocional. Como as necessidades vitais que o criaram desapareceram para sempre há muito, também ele deve desaparecer gradualmente, muito embora qualquer ação bélica, por menos imperialista que seja o seu caráter, volte a revivê-lo. O Imperialismo tende a desaparecer como elemento estrutural porque a estrutura que o colocou em destaque está em declínio, dando lugar, no curso da evolução social, a outras estruturas onde não há lugar para ele, e que eliminam os fatores do poderio que eram seu fundamento. Tende a desaparecer como elemento de reação emocional habitual, devido à racionalização progressiva da vida e do espírito, processo no qual as antigas necessidades funcionais são absorvidas por novas tarefas, no decurso das quais as antigas energias militares são modificadas funcionalmente. Sendo correta a nossa teoria, os casos de Imperialismo deverão declinar de intensidade à medida que avançam na história de um povo e de uma cultura. Nossos exemplos mais recentes de Imperialismo inegável e claro são as monarquias absolutas do século XVIII. E são, sem dúvida, ‘mais civilizadas’ do que seus predecessores (Schumpeter 1961, 86-87).

Se a fonte básica do Imperialismo, em geral, perde-se nos tempos históricos remotos, a fonte do Imperialismo moderno é herdada do Imperialismo dos Estados

absolutistas. O que está por trás desse novo movimento do autor, como veremos melhor adiante, é separar o Imperialismo do Capitalismo. Assim, a psicologia que enforma o Imperialismo é anterior à Revolução Industrial, verdadeira fundadora do mundo moderno.

O Capitalismo só começou efetivamente a construir o mundo moderno na segunda metade do século 18. É a Revolução Industrial que levou os trabalhadores a superarem o meio ambiente rural, as corporações de ofício e as antigas formas de vida que levam à superação definitiva do feudalismo e, ao Capitalismo. É a produção massiva de mercadorias, as operações industriais em escala ampliada, a uniformização de procedimentos, o objetivo maximizador de todos os agentes que levam a uma dada racionalidade e a uma nova psicologia. Dessa forma, o que é puramente instintivo passa para um segundo plano. Do mesmo modo que as formas econômicas tradicionais e obsoletas são superadas e esquecidas, as mentalidades tradicionais e obsoletas, também o são. Claro que tanto num caso quanto no outro pode haver “adaptação”. É preciso que o instinto seja amalgamado a novos objetivos determinados por novas condições. Mas, em geral, o instinto declina com os processos econômicos ineficientes. O instinto guerreiro, baseado no combate puramente físico e absorvedor de energia pura, deve desaparecer pelas exigências da vida moderna. Além disso, a concorrência é um campo de forças que atrai e retém todas as energias da maioria da população, independentemente de classes sociais. Há pouca energia para a guerra e a conquista. Toda energia excedente é canalizada para a indústria e se alguma ainda restar é direcionada à arte, às ciências etc. As políticas externas agressivas são, portanto, uma prática que “rouba” energia vital do corpo social e por isso será evitada cada dia mais.

Schumpeter, então, argumenta que quanto mais o sistema capitalista avançar, ou quanto maior a “pureza” do sistema, menores as possibilidades de aventuras imperialistas. Não significa que deixe de existir tendências pela expansão imperialista, contudo o grande avanço que o Capitalismo traz consigo é que a população passa a possuir uma mentalidade essencialmente antibélica. Assim, cinco fatos históricos observáveis são trazidos pelo autor em defesa de sua teoria: (a) o Capitalismo criou uma cultura de oposição à guerra, à expansão, aos exércitos. O pacifismo moderno é um fenômeno desenvolvido pelo Capitalismo; (b) onde houve consolidação do Capitalismo, surgiram partidos políticos pacifistas fortes que se opõem firmemente às guerras; (c) o trabalhador industrial fruto do Capitalismo é, por natureza, anti-imperialista, quando muito essa classe pode aprovar ou se manter neutra em relação a uma proposta militarista, desde que vise à autodefesa, mas nunca uma política expansionista e agressiva; (d) mesmo que elementos poderosos mantenham uma linha de defesa do Imperialismo, o Capitalismo desenvolveu meios de evitar a guerra, e criou meios de solução pacífica e negociada das disputas; (e) é os Estados Unidos a economia mais livre

de elementos pré-capitalistas, mesmo admitindo-se a existência – certamente trazida pela imigração europeia – de tendências imperialistas, no todo aquele país é o de menor propensão às aventuras imperialistas.

Para Schumpeter, mesmo quando há algum sentimento ou atitude imperialista, é devido a componentes não capitalistas:

Certamente, todos os interesses expansionistas que nele [no mundo capitalista] existem aliam-se naturalmente às tendências imperialistas que fluem de origens não capitalistas, utilizando-as, fazendo-as de pretextos, racionalizando-as para, através delas, indicar um caminho de ação. Essa união é que forma o quadro do moderno Imperialismo; mas por essa razão mesma, o Imperialismo moderno não é apenas uma questão de fatores capitalistas (Schumpeter 1961, 97).

Schumpeter defende a posição de que o comércio livre é um instrumento frenador do expansionismo imperialista, porque tanto os produtos quanto as pessoas podem se movimentar livremente em qualquer país, como o fazem no seu próprio país. Nesse sentido, as barreiras ao livre comércio seriam elementos de perturbação ao funcionamento normal do Capitalismo e poderiam levar a um fortalecimento das tendências imperialistas.

Numa crítica um tanto velada às posições marxistas, Schumpeter argumenta ser falacioso colocar o Imperialismo como uma etapa do Capitalismo ou mesmo se argumentar que haja uma transformação do Capitalismo em Imperialismo. Muito pelo contrário, há uma oposição básica entre Capitalismo e Imperialismo. Os interesses existentes no Capitalismo, mesmo os da elite, não levam ao Imperialismo.

HANNAH ARENDT: O IMPERIALISMO ENQUANTO EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA BURGUESIA

Do ponto de vista de Hannah Arendt (2004 [1951]), o acontecimento intraeuropeu mais significativo do período imperialista foi a emancipação política da burguesia. A classe dos burgueses se desenvolveu dentro e por obra do Estado-nação, mesmo depois de ter atingido o domínio político como classe hegemônica, aquela deixara ao Estado todas as decisões políticas. Quando ficou evidente que o Estado-nação oferecia restrições ao crescimento econômico, iniciou-se um período de luta pelo poder entre a burguesia e o Estado. Pela sua própria estrutura, o Estado funcionou como um freio às aspirações imperialistas da burguesia.

Segundo Arendt (2004 [1951]), a lógica que move o Imperialismo é a expansão permanente e ilimitada, isso não implica pilhagem temporária nem assimilação duradoura, próprio da conquista. É um conceito essencialmente econômico, já que o que se procura é o crescimento industrial e do comércio. O Imperialismo estreia, realmente, quando a classe capitalista começa a rejeitar o território

nacional como limite à expansão do capital. Assim, os capitalistas começam a fazer política por razões econômicas: a expansão absoluta só seria possível se as leis do Capitalismo fossem impostas aos seus governos. Essa autonomização da burguesia frente aos ditames nacionais do Estado não se deu sem conflitos. Desde a aventura e derrota de Napoleão, estava presente uma contradição entre o Estado e a expansão como mecanismo político.

Não há semelhanças entre a construção de impérios, tanto da antiguidade clássica quanto dos antigos conquistadores britânicos com os modernos exportadores de capital e administradores de países, como no caso inglês na Índia. Isto é, o Imperialismo moderno – fruto da independência política da burguesia frente ao Estado nacional – expandiu-se porque a expansão é da natureza do Capitalismo. Os homens de negócios de mentalidade imperialista foram sempre seguidos por funcionários que tinham como propósito declarado e como meta política deixar os povos subjugados no seu devido lugar.

Diferentemente das estruturas imperiais em que há uma razoável integração entre as estruturas da nação imperial e de nações subordinadas, na forma de um verdadeiro império com interesses relativamente coesos, no Imperialismo moderno há uma clivagem entre a administração nacional dominante e as administrações coloniais. Essa divisão pode ser explicada pela oposição entre a arrogância dos administradores coloniais que achavam saber como tratar e manter silenciosas as colônias e o sentimento de legalidade dos estadistas nacionais. A questão é que a ação dos estadistas permaneceu como respeito idealista e pode-se dizer aristocrático, enquanto a administração colonial não só agia no sentido que entendia correto, como protestava contra a interferência dos inexperientes estadistas e da própria maioria nacional. É justo dizer-se que há uma verdadeira tragédia nessa luta, onde a nação é vencida pelos imperialistas, e onde muitos representantes da nação são comprados pelos negociantes imperialistas, enquanto outros terminam convencidos de que o único caminho é o próprio Imperialismo, confundindo comércio com expansão imperialista. Desse modo, aqueles elementos que inicialmente colocaram algum freio ao Imperialismo chegaram – pelo papel político que desempenhavam – a serem confundidos com o próprio mal que pensavam combater.

Ao contrário do Imperialismo “bonzinho” propagandeado por alguns estudiosos, o Imperialismo “realmente existente” sempre massacrou as populações submetidas. Os imperialistas sempre se mostraram inconformados por terem que prestar explicações às suas sociedades nacionais. Para os imperialistas era impossível o sucesso nos negócios sem dispor de instrumentos coercitivos, como os famosos “massacres administrativos”. A citação seguinte é esclarecedora:

Diante do sucesso preliminar dos árabes, os reforços britânicos são enviados em missão punitiva. O objetivo é bombardeado pela artilharia,

aviões e canhoneiras. Finalmente, incendeia-se uma aldeia e o distrito é pacificado. É estranho que não usemos gases venenosos nessas oportunidades. Bombardear as casas é um modo inadequado de matar as mulheres e as crianças. ...Se atacássemos com gás, toda a população de distritos delinquentes poderia ser eliminada completamente; e, como método de governo, não seria menos imoral que o sistema atual (Lawrence 1920 em Arendt 2004, 163).

É importante destacar que o cerne dos argumentos de Arendt coincide com aqueles de autores clássicos sobre Imperialismo, tais como Hobson (1985 [1894]), Luxemburgo (1976 [1913]), Lenin (2007 [1916]) e Magdoff (1978) a saber: que o expansionismo imperialista tem como causa a crise econômica que se apresenta como superprodução de capital e aparecimento de dinheiro ocioso, provocado por excesso de poupança, muito além da capacidade de investimento das economias domésticas desenvolvidas. Mas foi necessário, junto com a exportação de capital, exportar dinheiro, caso contrário, os investimentos sem controle em países distantes poderia tornar grandes camadas da sociedade em jogadores, mudando o sistema capitalista de produtor de mercadorias para um sistema puro de especulação financeira.

Os primeiros a assumirem a tarefa de intermediários financeiros internacionais foram os judeus, pois eram financistas com longa tradição no negócio, mesmo que entre eles existissem muitos aventureiros, fato normal onde se negocia dinheiro. Depois de aberto o caminho por onde o capital fluía como riqueza excedentária, ficou claro que os acionistas ausentes preocupavam-se com os riscos das transações e com os lucros crescentes. Logo ficou evidente que só a força concentrada do Estado era capaz de permitir não só os capitais emprestados, como também o crescimento dos lucros:

... logo que se tornou claro que a exportação de dinheiro teria de ser seguida pela exportação da força do governo, a posição dos financistas em geral, e dos financistas judeus em particular, enfraqueceu consideravelmente, e a liderança das transações e empreendimentos comerciais imperialistas passou gradualmente aos membros da burguesia autóctone (Arendt 2004, 165).

Ainda em relação à exportação de poder, Arendt destaca que vários governos tendiam a ficar apreensivos com a transformação dos negócios em questão política e a identificação dos interesses econômicos específicos de grupos com os interesses nacionais. Contudo, o dilema era do tipo “fio da navalha”, a economia capitalista, encontradas as fronteiras nacionais, minguiaria, os prejuízos dos capitalistas seriam crescentes. Para manter o crescimento dos lucros era preciso exportar capital era necessário exportar poder. Os instrumentos coercitivos garantiam a valorização do capital, racionalizavam os fluxos dos investimentos no exterior,

mantinham as populações estrangeiras bem comportadas e promoviam a integração e o controle relativo do capital especulativo. O mais grave era o comando sobre os elementos da violência estatal. Se dentro da nação, aqueles elementos eram controlados pelas instituições nacionais legítimas, o mesmo não ocorria nos países dependentes. Na periferia, a violência operava sem freios e as leis do Capitalismo – longe de qualquer regulação – operavam soberanas, criando novas e dolorosas realidades. Finalmente o sonho burguês de que dinheiro produzisse dinheiro estava se realizando, mas não diretamente porque isso é impossível, e sim porque as leis capitalistas podiam, de forma ampliada e sem freios morais, fazer os capitalistas se apropriarem das riquezas alheias. A acumulação primitiva vestia os trajes do Imperialismo.

A tomada de poder dos Estados nacionais pelos capitalistas é o coroamento de todo um processo, que se inicia como medida emergencial para auxiliar a respiração do sistema e rapidamente – pelos efeitos lucrativos gerados – se transforma numa função permanente da expansão de capital e de poder. Assim, há um papel de destaque para o uso concentrado da força a serviço do capital:

A força tornou-se a essência da ação política e o centro do pensamento político quando se separou da comunidade política à qual devia servir. É verdade que isso foi provocado por um fator econômico. Mas a resultante introdução da força como seu único objetivo, dificilmente teria obtido aplauso tão universal, nem a consequente dissolução do corpo político do país teria encontrado tão pouca oposição, se não correspondessem de modo perfeito aos desejos ocultos e às convicções secretas das classes social e economicamente dominantes. A burguesia, que durante tanto tempo fora excluída do governo pelo Estado-nação e, por sua própria falta de interesse, das coisas públicas, emancipou-se politicamente através do Imperialismo (Arendt 2004, 168).

Segundo Hannah Arendt, o filósofo que melhor representa os verdadeiros anseios da classe burguesa é Hobbes. O quadro hobbesiano não é do homem em geral, mas do homem burguês. O poder na lógica de Hobbes é um controle que estabelece os preços e regula a oferta e a demanda de modo a favorecer quem tem mais poder. Assim, o acúmulo ilimitado de capital só é possível através do acúmulo ilimitado de poder. Quanto mais capital se acumula, mais poder deve-se acumular para proteger a riqueza crescente, o que torna o capital mais poderoso e exige mais poder garantidor. O fato de a burguesia não assumir conscientemente sua filiação à filosofia hobbesiana, não modifica as conclusões de que há relação positiva entre capital e poder.

Mais importante, ainda, é perceber que esse processo crescente de acumulação de capital e de poder fundou uma “ideologia do progresso” no final do século 19, e foi o prenúncio do aparecimento do Imperialismo. Não se tratava mais da noção

de “progresso” do século 18, que era crítica e apontava no sentido da emancipação humana, mas essa noção servia – utopicamente, talvez – para o homem em geral, não para o homem burguês que nunca desejou a liberdade do homem, mas antes sempre esteve interessado num progresso determinado por leis históricas de caráter supra-humanas. O fato mais grave é que quando se acreditou que o processo contínuo de acumulação tinha sido descoberto, o otimismo na “ideologia do progresso” sofreu um abalo. Afinal, por mais que o poder se acumulasse, a condição humana e os limites do planeta eram obstáculos à expansão indefinida, que não podia parar nem tinha como ser estabilizada. Em suma: os “moinhos satânicos” estavam fora de controle. A análise de Arendt é rica e permite deduzir que desde então eles não foram mais controlados. A aparente estabilidade dos anos do pós Segunda Guerra Mundial chega ao fim com as crises dos anos 60 do século 20 e o recrudescimento de muitas tendências apontadas por Arendt.

A grande contribuição de Arendt é o reconhecimento de que o Imperialismo surge como solução às próprias crises do Capitalismo e da necessidade de novos mercados externos não saturados e de estruturas não capitalistas. De outro modo, o Capitalismo desenvolvido gerava um excesso de poupança, resultado da má-distribuição de renda e riqueza que só encontrava uso no exterior. Neste aspecto central da teoria, a posição de Arendt se assemelha bastante com algumas posições marxistas.

No início, a exportação de capital se deu sem nenhum controle político, o que levou a um número sem precedentes de escândalos financeiros e especulação desenfreada. O grande capital financeiro, resultado do excesso de poupança dos mais ricos, facilitou o caminho para as pequenas poupanças. Empresas para manter uma taxa adequada de inversões no exterior recorreram a processos fraudulentos e que levaram muitas pessoas à falência. Com as perdas de capital dos pequenos poupadores, os grandes aplicadores, logo dominavam completamente os mercados. As classes derrotadas aparentemente aceitaram o resultado do jogo, mas estavam mais pobres e rancorosas. Esse processo parasitário não podia deixar de produzir resultados deletérios. Além do capital excedente (poupança ociosa), havia um subproduto mais perigoso: os seres humanos excedentes. Um lixo humano – nas palavras da autora – que o próprio sistema produz e elimina do setor produtivo. Os homens excedentes são tão ociosos e supérfluos quanto os capitais excedentes. Ambos representam ameaças à sociedade capitalista, e como o capital pode ser exportado, os homens também podem, para povoar os domínios das metrópoles. Os homens supérfluos foram exportados durante todo século 19, o fato novo do Imperialismo foi que as duas grandes massas supérfluas uniram-se e se exportaram juntas. Essa associação do capital com a rala é uma característica básica da teoria do Imperialismo arendtiano. Assim, nos diz a autora:

IMPERIALISMO, CAPITALISMO E BURGUESIA

Garimpeiros, aventureiros e a escória das grandes cidades emigraram para o continente negro, juntamente com o capital dos países industrialmente desenvolvidos. De agora em diante, a ralé, gerada pela monstruosa acumulação de capital, acompanhava sua genitora ideológica nessas viagens de descoberta, nas quais nada era descoberto a não ser novas possibilidades de investimentos. Os donos do capital supérfluo eram os únicos que podiam usar os homens supérfluos vindo dos quatro cantos do mundo. Juntos, estabeleceram o primeiro paraíso de parasitas, cujo sangue vital era o ouro. O Imperialismo, produto de dinheiro supérfluo e de gente supérflua, iniciou sua surpreendente carreira produzindo bens dos mais supérfluos e irreais. (Arendt 2004, 181).

Entretanto, segue Arendt, não era possível sustentar uma ampla política imperialista apenas baseada no “espírito vital” da ralé, era preciso o apoio dos partidos. E essa cumplicidade foi notória e registrada. Os trabalhistas ingleses defendiam o Imperialismo dizendo defender o emprego e a renda dos operários. Na Alemanha, foram os liberais e não os conservadores a liderarem a defesa dos “interesses” dos trabalhadores e da nação. Mesmo os partidos socialistas oscilavam entre o apoio e a recusa. A política de curar males internos com as práticas imperialistas foi grandemente usada, na maioria das vezes agudizando os conflitos. Entender a nação como um corpo coeso, e as outras nações como inimigas não resolvia nem os problemas, porque objetivamente as nações eram divididas em classes, nem o externo, porque todos tinham razões para usar a força, e razões nacionais, o que produzia um certo tipo de legitimidade.

Para Arendt, na origem de toda política imperialista há uma aliança entre o capital e a ralé. No caso britânico sempre houve um elemento compensatório que era a hipocrisia política que demarcava uma divisão bem definida entre a política doméstica e os métodos colonialistas brutais, dos quais, entre tantos, os indianos experimentaram na pele. No caso alemão, a aliança realizou-se através de movimentos de unificação.

UMA DIGRESSÃO FINAL

A abordagem schumpeteriana tem valor próprio, apesar de sua concepção ser absolutamente ideológica: combater as teses marxistas que associavam Capitalismo com Imperialismo. Para obter esse resultado – presente nas intenções do autor, desde o início – o mesmo aponta três tipos de Imperialismo, relacionados a seguir:

- O Imperialismo era um engodo que servia, entre outras coisas, para desviar a atenção da sociedade de seus problemas internos. A Inglaterra, por exemplo, nunca foi uma nação imperialista, tudo nunca passou de jogo de palavras, pois os domínios ingleses eram tratados com benevolência, exceto casos de excesso de comandantes locais. As evidências históricas – abundantemente divulgadas

e disponíveis – desautorizam completamente os argumentos de Schumpeter. O Imperialismo inglês foi violento em todos os lugares e os “massacres administrativos” faziam parte da lógica do poder inglês. No massacre do Punjab, o povo indiano protestava pacificamente baseado nas novas noções do pós Segunda Guerra Mundial de autodeterminação dos povos, quando cerca de 50 soldados ingleses encurralaram a multidão indefesa e descarregaram toda a munição disponível; o resultado, 379 mortos e 1.200 feridos. Transformar, em pleno século 20, a Rainha da Inglaterra (uma governante estrangeira) em Imperatriz da Índia não pode ser considerado como um simples “gesto simbólico”.

- Sempre houve Imperialismo, e na antiguidade ele possuía “razão prática”. Para nações guerreiras, a guerra era um fato normal, próprio do cotidiano social, que visava à descarga de energia represada. Esse Imperialismo era tão natural que merece o nome de “popular”. Na sequência, o autor descreve todas as violências que os vencedores das guerras constantes exerciam sobre os vencidos. Aqui duas questões precisam ser discutidas. Em primeiro lugar, usar livremente o termo “popular” é não compreender sua natureza histórica, pois as palavras só têm significado quando compreendidas no seu contexto histórico. Em segundo lugar, as atrocidades da antiguidade não se assemelham aos crimes praticados por muitos exércitos modernos, menos ainda ao horror nazista. Além do mais, a violência antiga tinha mesmo – diferentemente do que afirmava Schumpeter – um caráter de ritual religioso, o que certamente não tornava a crueldade menor para quem as sofria.
- Uma forma de Imperialismo importante foi aquela das monarquias absolutas que surgiu quando as guerras do século 16 e 17 provocaram um esvaziamento das energias sociais, restando apenas os monarcas e seus exércitos como forças vitais. O militarismo absolutista representava a própria natureza da sociedade e baseava-se em profundas tendências psicológicas. Além disso, Schumpeter avança na explicação colocando o Imperialismo como resultante da “Sociedade da Corte”. Isto é, a ociosidade dos nobres precisava ser compensada não com lutas internas, mas com guerras externas. Mesmo como simples explicação para a existência e modo de operação dos Estados absolutistas os argumentos schumpeterianos são, no mínimo, bastante limitados. Como uma teoria do Imperialismo é insustentável.

A culminância da teorização schumpeteriana é que o Imperialismo é resultado de um caráter atávico. O espírito guerreiro dos antigos antepassados do homem moderno mantém-se presente no seu psiquismo e pode ressurgir de tempos em tempos, mas o avanço da racionalidade tende a cada vez mais anular aquele “resquício emocional”, de maneira que as ações imperialistas tornar-se-iam cada vez mais improváveis. Aqui o argumento do autor apresenta o seguinte problema: se esse elemento faz parte do psiquismo humano, não há nenhuma razão, à luz das teorias

da psicanálise, por exemplo, para que o princípio da maximização das utilidades possa superar aquele elemento antigo. As evidências mostram que a evolução da sociedade moderna coincide com o reforço do lado pior da instintividade humana. A profunda violência do mundo atual joga por terra a tese de Schumpeter.

Por fim, Schumpeter tenta demonstrar a existência de uma forte incompatibilidade entre o Capitalismo e o Imperialismo, pois o Capitalismo com sua lógica maximizadora leva a uma nova psicologia avessa à guerra. De modo que o instintivo passa para um segundo plano. O avanço do Capitalismo deixa obsoletas não apenas determinadas formas econômicas, mas também algumas mentalidades, inclusive a imperialista. Schumpeter faleceu em 1950, ou seja, depois dos anos sangrentos da Segunda Guerra Mundial, mas nunca veio em público para explicar como aquele evento histórico dramático se encaixava na sua teoria “psicológica” do Imperialismo. Os discípulos dele preferem – muito coerentemente – discutir inovações e seu papel no desenvolvimento econômico, um tema no qual o mestre continua insuperável.

Diferente de Schumpeter, Arendt liga de imediato o Imperialismo com o que ela denomina emancipação política da burguesia. O Capitalismo supera e vence o Estado-nação, e obriga-o à defesa de uma política expansionista. Assim, o Imperialismo é a expansão permanente e ilimitada do capital. Não há similaridade entre o Imperialismo da antiguidade e o moderno Imperialismo dos exportadores de capital. O fato é que a expansão absoluta – única compatível com a lógica do sistema – só seria possível se as regras de funcionamento do Capitalismo pudessem ser impostas aos governos dos respectivos Estados. É importante destacar, que essa supremacia da burguesia em relação às necessidades nacionais do Estado não ocorreu sem conflitos. Há uma tragédia encoberta na luta entre a nação e os imperialistas, e que os segundos vencem a primeira, pois alguns representantes da nação são efetivamente derrotados, outros são comprados, enquanto outros, ainda, terminam convencidos de que não há outro caminho que não seja o Imperialismo, confundindo comércio com expansão imperialista. Sem os freios institucionais mínimos, o mundo chegou às duas Guerras Mundiais.

Um segundo aspecto fundamental da teorização de Arendt é de que a acumulação primitiva de capital precisava ser repetida sempre para que o sistema se mantivesse em funcionamento normal. Ou seja, exportar capital não era uma questão propriamente de escolha, mas uma necessidade imperiosa de uma economia que continuamente gerava excedentes que não encontravam utilização interna. Neste ponto a autora mantém uma explicação causal que tem longa tradição nos estudos sobre o Imperialismo. Entretanto, podemos dizer que Arendt inova ao discutir a existência de um círculo vicioso entre acumulação de capital e acumulação de poder. Um mecanismo de autoalimentação que opera da seguinte maneira: quando o capital se acumula e é exportado, é preciso exportar poder para garantir

sua valorização; quanto mais o capital cresce, mais pretende crescer e isso exige mais poder garantidor; entretanto, o acúmulo de poder produz mais acúmulo de capital que favorece mais acúmulo de poder.

Outra contribuição importante do estudo de Hannah Arendt é o que ela chama de aliança entre a ralé e o capital. O Capitalismo não produz apenas capital excedente; no seu funcionamento gera homens excedentes, uma escória social oriunda de todas as classes da sociedade. O aparecimento dessa ralé foi observado desde o início do Capitalismo e seu crescimento foi registrado por diversos estudiosos. Mas o que os estudiosos não viam, por estarem preocupados com o fenômeno em si, era que a ralé não podia ser identificada com o aumento da classe trabalhadora industrial nem com o povo em geral, pois a mesma era um refugio de todas as classes. Contudo, a ralé não é apenas o refugio, mas também o subproduto da sociedade burguesa, gerado pela sua normalidade e inseparável de si mesma. Em alguns círculos, esta ralé chega a ser elogiada, seu modo de vida transformado em matéria-prima para a literatura, o cinema e o teatro. O cinismo e a descrença dessa ralé são características importantes na construção de algumas experiências totalitárias.

CONCLUSÃO

A abordagem desenvolvida por Schumpeter é inovadora e merece ser estudada; contudo, sua principal tese, ou seja, do caráter atávico do Imperialismo, carece de sustentação, seja lógica, seja empírica. Além do mais, como teoria psicológica é frágil, na medida em que propõe um tipo de “cura coletiva” através de uma discutível mentalidade racionalista baseada no também discutível princípio da maximização. Por outro lado, as evidências históricas acumuladas desde a publicação de “Sociologia dos Imperialismos” são contrárias aos principais argumentos schumpeterianos. Considerar o Imperialismo inglês, em seu auge, como sendo um engodo parece um infeliz equívoco. Apresentar os “massacres administrativos” como desvios em relação à norma, é promover confusão entre a verdade factual e os desejos do ideólogo.

O enfoque apresentado por Hannah Arendt associa de forma inequívoca as tendências imperialistas com a própria dinâmica do Capitalismo. A lógica da expansão imperialista enquanto repetição, em novas condições, da acumulação primitiva de capital é um ponto alto da construção arendtiana. Não se trata apenas do ponto de vista clássico de que o capital precisa expandir-se para valorizar-se, mas também no aporte teórico de que há uma circularidade entre a acumulação de capital e a acumulação de poder. Outra tese fundamental da autora é mostrar que o Capitalismo, além de produzir capital excedente, produz homens excedentes. Daí surge a noção de associação entre o capital e a ralé. Associação que é a base material do Imperialismo.

Fazendo uso da tese marxista defendida por Luxemburgo de expansão permanente do Capitalismo, principalmente na forma recente, conhecida como globalização, e associando às teses arendtianas de circularidade entre acumulação de capital e acumulação de poder, e de produção de excedente de capital e de excedente de homens, quem poderia negar que cidades como São Paulo, Buenos Aires e tantas outras reproduzem continuamente, como resultado do novo-velho Imperialismo, as condições elencadas acima, inclusive uma ralé cada dia mais numerosa, e que ameaça a própria “paz” dos mercados “legais” capitalistas.

Referências

- Arendt, Hannah. 2004 (1951). *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Conant, Charles. 1898. The economic basis of “Imperialism”. *The North American Review* 167 (502): 326-340.
- Hobson, John. 1985 (1894). *A evolução do Capitalismo moderno*. São Paulo: Abril Cultural.
- Lenin, Vladimir Illitch Ulianov. 2007 (1916). *O Imperialismo, fase superior do Capitalismo*. Brasília: Nova Palavra.
- Luxemburgo, Rosa. 1976 (1913). *A acumulação de capital: Contribuições à explicação econômica do Imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Magdoff, Harry. 1978 (1969). *A era do Imperialismo*. São Paulo: Hucitec.
- Schumpeter, Joseph A. 1961 (1919). Sociologia dos Imperialismos. Em *Imperialismo e classes sociais*, Joseph Schumpeter. Rio de Janeiro: Zahar.

• • •